Acervo ISA

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte A crítica
Data 20/4/2000 Pg A3
Class. 163

SEM COMEMORAÇÕES

'Mea culpa' marcou homenagens no Dia do Índio

Alberto César Araújo – 4/abril/2000

MARCHA Índios amazonenses fazem protesto em Manaus contra os 500 anos do descobrimento do Brasil

A criação de uma comissão permanente na Assembléia Legislativa do Estado (ALE) para tratar das causas indígenas foi proposta ontem pelo presidente da Casa, deputado Lupércio Ramos (PFL), ao considerar que 30% das terras indígenas a serem demarcadas se acham no Amazonas. O discurso foi feito na sessão especial realizada pela ALE em homenagem ao Dia do Índio e aos 500 anos do descobrimento do Brasil. A proposição de Lupércio Ramos foi aprovada por unanimidade pelo Parlamento.

Como representante do Município de Maués (a 267 quilômetros de Manaus), onde habitam os índios saterés-maués, o deputado Alfredo Almeida (PMDB) declarou que vem defendendo essa proposta desde o ano passado e o Governo do Estado, em publicação no Diário Oficial, do dia 4 abril deste ano, o criou o Departamento de Política Indígena. Com o plenário lotado de lideranças e representantes dos índios de toda a região amazônica, Lupércio disse que as nações indígenas não têm muito o que comemorar, já que este é um momento de reflexão pelas injustiças e sofrimentos que passam os índios, exatamente no milênio em que o Brasil comemora os seus 500 anos de descobrimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E CÂMARA MUNICIPAL FAZEM SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM AOS POVOS INDÍGENAS

O presidente do Conselho Estadual de Educação Indígena, professor Ademir Ramos, protestou contra o Governo Federal que considerou os 500 anos do Brasil como uma promoção para o turismo, esquecendo os direitos dos índios.

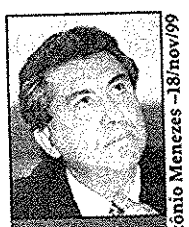
EM DEFESA DOS ÍNDIOS

Lupércio pede mais empenho

Da tribuna da Assembléia Legislativa, o deputado Lupércio Ramos disse que após séculos de sofrimento, os direitos das tribos indígenas só passaram a ser de fato reconhecidos na Constituição de 1988, de acordo com o artigo 231 que diz: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Citando o artigo "A voz e a vez dos índios", assinado pelo jornalista Boris Fausto, no jornal "Folha de S.Paulo", Lupércio ressaltou que pela primeira vez em nossa história constitucional, a Carta Magna contém todo um capítulo reconhecendo a identidade cultura das populações indígenas e os seus direitos sobre as terras que ocupam no País.

O presidente da ALE também mencionou, na oportunidade, o documento "Uma palavra indígena, 500 anos depois", de Marcos Terena, índio pantaneiro do Mato Grosso do Sul, filho do povo Terena e coordenador geral dos Direitos Indígenas da Funai. O documento, de acordo com Lupércio, destaca a vida e a luta dos índios para sobreviver no Brasil.



Antônio Menezes – 18/nov/99

LUPÉRCIO "Os índios são os verdadeiros donos do Brasil"

"Como traduzir o mundo indígena para o homem branco? Como explicar o significado do sol, das estrelas e do vento e a importância da terra? O certo é que jamais se poderá destruir essa magia que nos dá a possibilidade da vida a cada dia", discorreu o deputado, citando Terena. Os povos indígenas, afirmou ele, possuem uma grande responsabilidade para com o homem branco, principalmente com as futuras gerações. "Os índios querem construir um mundo melhor, pois o Grande Criador fez as pessoas para que pudessem olhar para cima, admirar a vida. Como entender, então, a violência da humanidade, inclusive, quando se impõe a paz por meio da guerra entre irmãos?", questionou. Para Lupércio, o Governo Federal precisa voltar-se para a questão indígena de maneira racional e profunda, "porque eles, afinal, são os verdadeiros donos do Brasil, aqueles a quem nós devemos a construção do nosso País e que nos amadureceram as consciências, transmitindo-nos sua cultura e os seus grandes valores", completou.

NA CÂMARA

Denúncias de extermínio

O vereador Jefferson Praia (PDT) aproveitou a sessão especial em comemoração aos 500 anos do Brasil, realizada ontem na Câmara Municipal de Manaus, para denunciar o extermínio dos povos brasileiros (índios, negros e todos os excluídos). "As vítimas do extermínio na América somam-se aos milhões", disse, detendo-se inicialmente à questão indígena. Segundo Praia, dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), de 1995, mostram que a população indígena estimada em 3,5 milhões na época da conquista do Brasil, está reduzida hoje a 206 povos e 325.652 índios. E estudos realizados pelo professor Darcy Ribeiro, demonstram, também, o desaparecimento de 55 povos na primeira metade deste século, em nosso País.

A sessão, realizada por solicitação do parlamentar, contou com a presença de representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Pastoral da Terra, Pastoral do Menor, do Conselho Regional de Economia (Corecon), do curso de História da Universidade do Amazonas e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

No seu pronunciamento da tribuna, o vereador disse também que um estudo do IBGE estimou a existência de cerca de 30 mil índios destribalizados, vivendo na periferia das cidades.

Manifesto é entregue

Quem participou ontem da sessão especial na Câmara ouviu pronunciamentos críticos em relação às comemorações dos 500 anos do Brasil. Benedito Maciel, do Conselho Indígena Missionário, lembrou que hoje em Manaus, existem 10 mil índios de diferentes etnias e que, apesar de terem direitos constitucionais, encontram dificuldades para registrar suas crianças como de suas tribos. "É uma forma de acabar com a identidade cultural dos índios" disse, ao entregar o Manifesto da Caravana Indígena que discute os 500 anos do Brasil e do qual participam cinco entidades indígenas da região.

Coordenador da Pastoral da Terra, Adilson de Jesus, falou da internacionalização da Amazônia, destacando que esse processo existe há 400 anos, desde que os portugueses aqui chegaram. A coordenadora da Pastoral do Menor, Irmã Justina Zanato, pediu um minuto de silêncio "por esse século de violência e morte". Segundo ela, o dia de comemoração dos 500 anos do Brasil deve de transformar num dia de pedido de desculpas aos povos indígenas. Ao ler a carta de um chefe indígena do século IX, disse que, naquela época, os índios já denunciavam os problemas atuais, como exploração da madeira e invasão de suas terras.

Para o coordenador do Curso de História da UA, professor Luiz Bitton Telles da Rocha, o País deve acabar com o sentimento ufanista criado em torno do descobrimento do Brasil porque as populações não se sentem representadas nesse movimento. "Os 500 anos só representam a colonização pelos portugueses", disse, assegurando que o início de um contato de reconhecimento português no Brasil só aconteceu de forma efetiva em 1530.